

Pretória em marcha lenta

As grandes ideias surgem quando se enterram os erros

Costa Carneiro

Os brancos sul-africanos que, de modo algum, aprovam a política de «apartheid» do seu Governo — que os há, felizmente, e não são tão poucos assim — e muito menos a política externa seguida por Pretória, sobretudo a que vem sendo desenvolvida para com os seus vizinhos do continente, de há muito entenderam, que a determinação, para melhor ou para pior, do futuro «status» da África do Sul será não só o acto derradeiro no uma do surto nacionalista em do o continente, mas também poderá tornar-se na climaxe da busca da identidade da África.

Tudo o mais, como a «natureza da Personalidade Africana, a integração continental, o choque dos sistemas políticos e económicos, o lugar que os negros destinarão na África às gentes de outra melanina, e a imagem e o papel da África na civilização e na política mundiais», todas essas importantes questões dependem profundamente do rumo dos acontecimentos na África do Sul. E as respostas dadas por todo o continente a esses problemas serão em grande parte determinadas pelo que lá acontecer ou do que acontecer por via de uma «gestão política» que pode interessar a todo o mundo menos à África em geral e à própria África do Sul em particular.

Ações como as que Pretória tem vindo a prosseguir nos últimos tempos, por via indirecta directa, tais como as que acabam de ser descobertas em Angola, na longínqua Cabinda, ou mesmo as que têm sido implementadas no seu próprio território, não podem encontrar sequer compreensão, no complexo xadrez dos interesses internacionais, nem aplauso geral no seu país.

Parece que todo o mundo está de acordo quanto ao facto de a África do Sul ser ímpar em muitos sentidos. Compreende a única nação verdadeira de origem étnica europeia, que se afirma africana, como também inclui a maior população afri-

cana que se tornou completamente aculturada à moderna civilização dita industrial.

Embora muitos milhões de africanos ainda vivam em reservas tribais, outros milhões integram a «nova civilização universal, tanto quanto o negro americano».

Não há dúvida que o número de africanos «ocidentalizados» e destribalizados superam o de brancos na República da África do Sul. Fazem parte da moderna civilização industrial por estarem envolvidos em seus processos e por terem aceite as suas normas, embora, igualmente como o negro americano, lhes falte igualdade política, económica e social.

Não se esqueça — e isso parece nem sempre estar presente no espírito dos governantes sul-africanos — que o seu país se envaldece de contar com milhares de graduados de universidades africanas, um número — é ridículamente verdade — que só agora todo o resto da África ao Sul do Sara está tentando ultrapassar. E a sua reserva de «know-how» africano é da mesma ordem em muitos pontos de vista.

Pretória comanda um dos maiores e mais prósperos complexos industriais do continente. Embora o comércio com outros Estados africanos constitua ainda uma pequena parcela do seu comércio total, a sua economia já se encontra estreitamente ligada à dos territórios vizinhos, o que poderia fazer desse país, no extremo Sul do continente, a casa de força de um continente economicamente integrado, e o fulcro através do qual grande parte da África poderia ascender à moderna sociedade tecnológica.

Daf que, uma solução pacífica e construtiva dos seus problemas internos, com o «apartheid» à cabeça, poderia significar uma África revitalizada. O contrário, e para uso interno, como a que determinou fosse feita no Malongo, em Angola, pode vir a redundar em consequências imprevisíveis para as



Inkomati e depois Lusaka — esperanças que ainda se podem renovar

relações da África com o mundo.

Pretória não pode deixar de ter presente que, em Angola, notável tem sido o papel diplomático da multinacional petrolífera norte-americana Gulf Oil, indirectamente responsável pela conhecida Emenda Clark e na base do qual está o surto de manifestações americanas junto da embaixada sul-africana em Washington.

A Gulf, associada à Sonangol na exploração do petróleo no Malongo (Cabinda), animou um «lobby» nos EUA destinado a demover a Administração Reagan da sua posição hostil a Luanda, impedindo inclusive a concessão de uma ajuda directa americana à UNITA de Jonas Savimbi.

Anote-se ainda a opinião em alguns influentes círculos financeiros norte-americanos sobre o

relacionamento ideal de Washington com o «regime pró-marxista de Luanda», meios esses liderados pelo «Chase Manhattan Bank» dos Rockefeller.

«A oferta de meios e apoios americanos obrigaria o regime — consideram — a compromettimentos óbvios e a URSS não está em condições de competir num quadro capitalista, de que Angola desesperadamente necessita.»

Pretória parece não dar a devida atenção a estas posições.

Hoje — e com o apoio americano — Angola está em posição de poder afirmar, como tantas vezes o tem feito, sem que os seus argumentos encontrem eco no exterior, carecer de fundamento sério o relacionamento que a África do Sul faz de um contencioso que envolve Luanda, Pretória e Namíbia. O que o Governo angolano verifica, e

não se lhe pode retirar razão quando se pretende implementar um terrorismo de Estado naquela zona do continente, é que toda a questão se resume num problema de segurança por toda a África Austral, segurança que advém do sistema da política interna sul-africana, apoiada pelos Estados Unidos da América.

A presença sul-africana na Namíbia (apesar de aí consumir anualmente cerca de 100 milhões de rands para ajuda do equilíbrio do seu orçamento) é indesejável, além de ilegal e condenada pela ONU, «muito antes da independência de Angola».

Hoje não pode haver dúvidas de que o problema se situa no âmbito regional «com o perigo de inundar o resto da África a sua política racista que, buvaristicamente, intitula de «desenvolvimento separado».

Haja em vista que, em determinada altura do conflito naquela área, houve quem tentasse unir a UNITA, de Jonas Savimbi, à RENAMO, de Dklahama, ligando a «questão» de uma ponta à outra da região.

«Nós não estamos em guerra com a África do Sul» — dizem os angolanos, que acrescentam: «Angola vive uma agressão quase há 10 anos. Agressão permanente e não declarada, no nosso próprio território. Por isso se pede à opinião pública internacional, agora que não restam já dúvidas sobre os propósitos sul-africanos em relação a nós, angolanos, com quem, aliás, não temos quaisquer fronteiras, que se dê total cumprimento ao entendimento havido em Luanda: para que não haja mais sul-africanos no nosso território; para que as fronteiras angolanas se vejam livres, de uma vez para sempre, dos fantasmas, que são verdadeiros, de bases militares ao longo da linha de demarcação natural e política.

Tudo isto, como é óbvio, era impensável até 21 de Maio último. Mas, agora?

As grandes ideias surgem, quando se enterram os erros...